



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 053

SEXTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 88^a SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE MAIO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — 113º aniversário da Batalha de Tuiuti.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Agravamento do problema do desemprego e do subemprego, na cidade do Rio de Janeiro, como consequência das medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal.

DEPUTADO TERTULIANO AZEVEDO — Homenagem ao Deembargador Antônio Vieira Barreto, no momento de sua aposentadoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

DEPUTADO MÁRCIO MACEDO — Trabalho da CPI, constituída pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, destinada a apurar irregularidades no sistema de telefonia no Rio de Janeiro. Adoção de medidas urgentes, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela TELERJ a seus usuários.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS — 50º aniversário de fundação do Colégio Dom Bosco, de Campo Grande—MS.

DEPUTADO NEWTON CARDOSO — Protesto de S. Ex^e contra medida determinada pelo Governador Francelino Pereira, prejudicial ao setor agrícola do Estado de Minas Gerais.

DEPUTADO EDISON KHAIR — Reorganização da União Nacional dos Estudantes.

DEPUTADO NILSON GIBSON — Reparos a críticas formuladas pela Deputada Cristina Tavares, em sessão anterior, à atuação do Sr. Marco Maciel, no Governo pernambucano.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN — Solidariedade de S. Ex^e ao movimento grevista dos jornalistas do Estado de São Paulo.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Necessidade da adoção de providências correlatas àquelas preconizadas pelo Ministro Delfim Netto, face a prioridade especial concedida à atividade agropecuária pelo Presidente Figueiredo.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 5, de 1979-CN, que cria a Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, e dá outras providências. Aprovado o projeto, sendo rejeitada a emenda. À sanção.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 89^a SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE MAIO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO EDISON KHAIR — Solidariedade ao movimento grevista dos jornalistas do Estado de São Paulo.

DEPUTADO NAVARRO VIEIRA FILHO — Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/78, que altera a redação do art. 15, § 1º, alínea "a", da Constituição Federal (autonomia das estâncias hidrominerais).

DEPUTADO LÂZARO CARVALHO — Relatório-denúncia dos proprietários de auto-escolas do Rio de Janeiro, enviado ao Governador Chagas Freitas, referente a atos de corrupção de funcionários do DETRAN daquele Estado.

DEPUTADO JÚLIO COSTAMILAN — 46º aniversário de fundação do *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Notícia inserta no *Jornal do Brasil*, referente à substituição do professor Francisco da Gama Lima na Presidência da Vale sul.

DEPUTADO CRISTINO CORTES — Apelo ao Governo no sentido da revogação de portaria suspendendo a concessão de financiamento a frigoríficos.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Desligamento de trabalhadores dos portos de Angra dos Reis e Niterói da folha de pagamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

DEPUTADO MODESTO DA SILVEIRA — Denúncia de violação dos direitos da pessoa humana ocorrida no Estado de São Paulo.

DEPUTADO JÚLIO CAMPOS — Manifestação de pesar pelo falecimento do prof. Antônio Cesário Neto.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 28/78, que acrescenta parágrafos ao art. 3º e altera a redação do caput, do art. 9º e dos §§ do art. 17 da Constituição da República Federativa do Brasil. Votação adiada por falta de quorum.

Proposta de Emenda à Constituição nº 29/78, que acrescenta os itens VIII e IX c, passando o atual parágrafo único a ser o § 1º, o parágrafo 2º ao art. 112; altera a redação dos arts. 124, e seu parágrafo único, e 132; e acrescenta parágrafo único ao art. 140 da Constituição da República Federativa do Brasil. Votação adiada por falta de quorum.

2.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

, AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:
Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:
Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Aviso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 88^a SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE MAIO DE 1979

1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 9^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NILO COELHO

ÀS 11 HORAS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Junior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antonio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélito Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA..

Maranhão

Edson Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribeiro Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Piñeiro Machado — ARENA

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Cláudio Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcilio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antonio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrasio Vieira Lima — ARENA; Angelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hildérico Oliveira Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Lelé Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoesel Dourado — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Pecanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felippe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Mauricio — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Pericles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dario Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnior Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemberg Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Silvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompeu — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcilio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves —

MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Junior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biassi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iram Saraiva — MDB; Iturval Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Lourenberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Leite Schmidt — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Gera — MDB; Antonio Annibelli — MDB; Antonio Mazurek — ARENA; Antonio Ueno — ARENA; Ari Ksfuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Maceado — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Maceado — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uqued — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo José Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 414 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

OSR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há precisamente 113 anos travava-se a Batalha de Tuiuti entre os aliados sob o comando do Brigadeiro General D. Bartolomeu Mitre e os paraguaios chefiados pelos coronéis Vicente Barrios, José Edwigis Diaz, Ilatio Marçó e Francisco Izidoro Resquim.

O contingente brasileiro era comandado pelo Tenente-General Manoel Luis Osório e dele se destacaram na ação o Coronel Emílio Luiz Mallet, comandante da artilharia; o Brigadeiro Antônio de Sampaio a quem coube o comando da infantaria e os Brigadeiros Vitorino José Carneiro Monteiro e José Luiz Mena Barreto, responsáveis pela cavalaria.

A batalha, decidida a favor das forças aliadas, durou quase cinco horas.

O acontecimento histórico de que tanto nos orgulhamos, pela bravura de nossos soldados da Pátria deve ser relembrado para que conste nos Anais do Congresso Nacional e sirva de exemplo às novas gerações.

Sr. Presidente, os historiadores sustentam que:

A história militar tem de ser avaliada sob dois pontos de vista: o universal e o nacional.

No âmbito nacional, os fatos são encarados com especial carinho e devoção; mesmo as menores "nuances" dos grandes acontecimentos ganham colorido e se constituem numa jóia de raro sentimento e beleza.

Nós, brasileiros, por isso, apreciamos Tuiuti sem a frieza do escritor internacional, que a encara simplesmente como uma batalha e a disseca sem emoções!

Nós a encaramos com o coração nas mãos.

Para nós, o feito de Mallet entusiasma; o sangue de Sampaio emociona e a atitude de Osório empolga!

E tem de ser assim, porque eles eram brasileiros e porque essa batalha sangrenta tem uma expressão singular: foi uma vitória militar do Brasil!

E tem de ser assim, repito, porque o povo que homenageia aqueles que significaram sua Pátria e que se deixa empolgar e comover pelos fatos de sua história, irradia o que de mais sagrado pode haver no coração dos homens: misticismo, culto ao passado; respeito à própria natureza humana!

Os brasileiros comemoram a "Batalha de Tuiuti" e rendem sua homenagem aos heróis que a venceram.

Eles eram homens como nós; tinham as mesmas necessidades que nós temos, tinham amizades, tinham um lar!

Tudo deixaram: amigos, posses e amores e se foram lutar ou morrer no longínquo Paraguai, em holocausto pela Pátria agredida.

Nunca poderemos pagar-lhes pelo sacrifício ou pelo sangue que verteram.

Eles ajudaram a erigir a grandeza do Brasil e deram maior beleza à nossa tradição!

A Pátria se orgulha deles!

A Pátria sente gratidão por todos eles!

E, no dia 24 de maio, a Pátria homenageia os heróis de Tuiuti, cobrindo de flores a estátua de Osório e abençoando a memória desse soldado exemplar.

Osório é digno de receber a veneração que tributamos a todos os de Tuiuti.

Porque Osório foi um ídolo para os soldados!

Porque Osório foi o condutor da vitória!

Porque todo brasileiro já identifica Osório com Tuiuti!

Sr. Presidente, em nome do povo fluminense enalteço os feitos heróicos do Exército Brasileiro na Batalha de Tuiuti, pela causa da Pátria, quando ela estava com a sua integridade ameaçada. O heroísmo de nossos soldados le-gou à posteridade um dos mais belos e edificantes exemplos de patriotismo.

"Como demonstrar a nossa admiração, respeito e gratidão aos heróis da Pátria, e às glórias do pensamento, da inteligência e do espírito?" — Pergunta e responde: "Amando-os, venerando-os, lembrando-os, dignificando, procurando incutir no cérebro dos que nos sucedem os grandes acontecimentos e os grandes feitos dos nossos grandes homens"... dos que tudo fizeram por uma causa, dos que se levaram pelo espírito, dos que morreram por um ideal!".

É assim que se defende a Pátria. Amando-a. Dignificando-a. "A Pátria — um dia nos disse Rui — não é um: são todos. Não é uma raça: é um caldeamento de raças. Não é uma classe: é uma fusão de classes. A Pátria somos nós. Precisamos defendê-la."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSE FREJAT (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A política econômica do Governo está agravando, cada vez mais, a situação de desemprego e de subemprego da população brasileira.

Estamos vendo que do Metrô do Rio de Janeiro alguns milhares de trabalhadores foram despedidos, lançando o Governo, com as medidas que vem tomando, a carga da luta contra a inflação sobre os ombros dos trabalhadores, dos trabalhadores, que são, na verdade, os menos responsáveis pela inflação, pela situação de descalabro em que se encontra o nosso País.

Não se lembra o Governo de tirar os privilégios das multinacionais; não se sensibiliza o Governo com os incentivos fiscais que são dados às grandes empresas nacionais e multinacionais para diminuir a inflação, mas pagam os trabalhadores.

Nós que exercemos a atividade política, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, estamos em contato com uma quantidade enorme de pessoas que nos procuram para obter colocações, das mais modestas possíveis às mais altas, desde o profissional liberal, o médico, ao bioquímico, o economista, o advogado, até aquelas pessoas que nos subúrbios já vivem de salário mínimo, e se encontram desempregadas há meses, muitas delas há anos, sem conseguir emprego.

A situação se repete em Angra dos Reis, em Niterói, no porto, onde o Governo dispensou 59 empregados. A situação se agravará ainda mais, porque um Governo que elege o modelo de desenvolvimento baseado na exportação, que elege o modelo de desenvolvimento para grupos privilegiados sem beneficiados, não pode, absolutamente, resolver os problemas nacionais. Esses problemas só podem se agravar dia a dia.

Já estamos com uma dívida de 40 bilhões de dólares e, ainda assim, o Governo projeta construir Angra II, essa loucura nuclear, projetada para 50 bilhões de dólares, e Angra III, para 80 bilhões de dólares.

Enquanto isso nós vemos, no Irã, a denúncia do Governo que resolveu cancelar o acordo de compra de uma usina nuclear adquirida à Alemanha, por cerca de vários bilhões de dólares, quando verificou que o preço real era apenas de 600 milhões de dólares. Esta é a situação. Não sabemos quanto está custando, na realidade, o preço do acordo nuclear brasileiro que vai manter as chaminés acesas da indústria alemã.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a situação do trabalhador é grave; o desemprego é crescente; milhares de brasileiros recebem menos do que o salário mínimo e com relação a isto nenhuma providência é tomada.

Nós vemos, agora, no projeto da Consolidação das Leis do Trabalho, que o Governo enviou a esta Casa, uma forma de amarrar mais ainda o trabalhador ao empresário, retirando-lhe direitos já reconhecidos pela legislação que vem desde a década de 40.

É assim que o Governo fala em abertura, em abertura na palavra e regime discricionário nos fatos, na legislação, na atitude.

Assim, quero deixar registrado que o problema do desemprego e do sub-emprego, na Cidade do Rio de Janeiro, vem se agravando, em face das medidas econômicas tomadas pelo Governo. Imagino o que não vai pelo Brasil afora onde a política governamental se dirige apenas para grupos econômicos, deixando marginalizado da riqueza nacional o povo brasileiro que constrói o desenvolvimento da nossa Pátria. (Muito bem!) X

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o Deputado Tertuliano Azevedo.

O SR. TERTULIANO AZEVEDO (MDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero deixar registrada nos Anais desta Casa, em nome do povo sergipano, minha homenagem ao Desembargador Antônio Vieira Barreto, do Tribunal de Justiça do meu Estado, que há duas semanas obteve sua aposentadoria.

O ilustre Magistrado de minha terra durante anos dedicou-se à causa da Justiça, sem outra ambição que não a da aplicação precisa da Lei, jamais fui gindo aos princípios de retidão e severidade, essenciais ao desempenho da função.

As qualidades morais e intelectuais do Desembargador Antônio Vieira Barreto foram os únicos predados que lhe permitiram ascender na sua carreira. Modesto, por índole, mas com profundo senso do dever, iniciou-se na profissão como Juiz de Direito de Primeira Entrância da Comarca de Campo do Brito, de 1958 a 1962, sendo, posteriormente, promovido por merecimento a Juiz de Direito de Segunda Entrância da Comarca de Itabaianinha, de onde saiu, em 1967, removido para a Terceira Vara Cível da Comarca de Aracaju. No ano seguinte seria promovido, por merecimento, para o cargo de Desembargador, em razão do qual ocupou, alternadamente, os cargos de Corregedor-Geral da Justiça, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal de Justiça.

Foi ainda, por três mandatos consecutivos Presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe e é, atualmente, segundo Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Ao aposentar-se como Desembargador, ocupava o cargo de Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Sem contar a sua participação no magistério de segundo grau do meu Estado, o Desembargador Antônio Barreto promoveu, também, a reforma da Organização Judiciária de Sergipe, aprovada, pelo Tribunal de Justiça, através da Resolução nº 03/76, atual Código da Organização Judiciária.

Ao relembrar aqui a abnegação com que o Desembargador Barreto se dedicou às suas obrigações judicantes, aproveitei a oportunidade para me reportar à injusta, discriminatória e hostil Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que passou a vigorar no dia 14 de maio último. Essa Lei, viciada por trazer de sua origem a nódoa do autoritarismo, é repudiada pelo ilustre Juiz sergipano, que preferiu aposentar-se, em atitude de protesto, a submeter-se a ela.

Com raras exceções, a Magistratura brasileira considera a nova Lei eminentemente fascista, no sentido de que busca a concentração do poder e é totalmente contrária aos propósitos que a originaram: dotar o País de Justiça eficiente e rápida, capaz de atender ao homem do povo.

Na realidade, todos entendem que ela apenas transmite, como em cadeia hereditária, o autoritarismo e a intransigência da reforma judiciária que lhe deu origem, decretada pelo "pacote de abril" de 1977.

É unânime a opinião de que o funcionamento do Conselho Nacional da Magistratura ofende o princípio constitucional da autonomia dos Estados, em razão do poder que lhe foi atribuído, de punir qualquer juiz, de qualquer instância, em todo o território nacional, bem como de avocar, na área disciplinar, quaisquer processos para julgamento em instância única.

Da mesma forma, acentuam os magistrados a constitucionalidade do dispositivo da Lei que disciplina a competência dos tribunais estaduais de Justiça e seus tribunais de Alçada. Essa norma fere, na sua essência, o disposto pelo artigo 144, parágrafo 5º da Emenda nº 01/69, que reza:

"Cabe privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, vedadas emendas estranhas ao objeto da proposta ou que determinem aumento de despesa."

Considera-se também que a Lei Orgânica da Magistratura minimizou a competência dos tribunais de Alçada, reduzindo as suas atribuições e sobre-carregando os Tribunais de Justiça. Com isso, prevê-se a triplicação do volume de trabalho dos Desembargadores e do prazo de duração dos processos. Há também a proibição de convocar juízes para substituir desembargadores que se afastarem por motivo de férias ou de licença, tornando o processo ainda mais moroso.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está evidente que o desejo de todos converge para a imediata revisão da Emenda Constitucional nº 7 (Reforma do Judiciário) e da própria Lei Orgânica da Magistratura, através de processo legislativo autêntico e de consultas do Poder diretamente envolvido.

Associo-me aos magistrados brasileiros na reivindicação de reforma da legislação, por entender ser esta a única alternativa que nos permitirá ter uma Justiça dinâmica e humana. Era o que itinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Márcio Macedo.

O SR. MÁRCIO MACEDO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Fui o autor e presidente da CPI em defesa dos usuários da TELERJ, constituída pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 1978.

A finalidade da CPI era a de apurar os motivos pelos quais a TELERJ vinha apresentando, como continua a apresentar, uma péssima qualidade de serviços aos seus mais de 500.000 usuários só no Rio de Janeiro, que contando os outros municípios fluminenses, totalizam 847.000.

A CPI iniciou sua atividade normalmente, ouvindo o ex-Diretor de Operações, Dr. Sérgio Miranda e o presidente do METRÔ, Dr. Noel de Almeida e, quando convidou para prestar o seu depoimento o então Diretor de Operações, somos todos surpreendidos por uma decisão do Presidente da TELEBRAS, que impediu a presença do citado Diretor da TELERJ atendendo à nossa convocação.

Em razão da estranha decisão da TELEBRAS, coonestada pelo então Ministro Quandt de Oliveira, a Comissão houve por bem, intimar o Diretor de conformidade com a legislação pertinente.

Quando seria obrigação do governo de facilitar de todas as maneiras, a atividade da CPI, mais surpresos ficamos com a decisão do Sr. Ministro Quandt de Oliveira que, através do Procurador Geral da República impetrhou Mandado de Segurança, no Supremo Tribunal Federal, argüindo que a Assembléia Legislativa não tinha atribuição legal para constituir uma CPI contra a TELERJ, considerando o fato de que a empresa é subsidiária da TELEBRAS, órgão federal, razão pela qual o governo entendia que a CPI só se justificaria no Congresso Nacional.

O objetivo flagrante do Governo, era procrastinar os trabalhos da CPI e conseguiu, através de uma medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, ficando o mérito para ser julgado em outra oportunidade. A concessão da liminar sustou os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, justamente no momento em que vários pontos estavam sendo esclarecidos, coincidindo com a tese que sempre levantamos da incompetência da Diretoria daquela época, que de maneira inconsequente e irresponsável fez uma temerária opção, deixou de lado os serviços de manutenção da rede externa, que já eram extremamente precários, para um plano de expansão sem a necessária infra-estrutura para a instalação de novos aparelhos.

Nós, Sr. Presidente, tínhamos como objetivo, além de apurar as irregularidades no sistema de telefonia no Rio de Janeiro, também oferecer conclusões definitivas, procurando reformular a política operacional da empresa, calcados inclusive, na opinião abalizada de vários técnicos com larga experiência no setor.

Há dias atrás, o Supremo Tribunal Federal, finalmente, depois de vários pronunciamentos nossos, decidiu que o Mandado de Segurança estava prejudicado, com a alegação de que a CPI tinha expirado o seu prazo, de acordo com o regimento interno da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, levando em consideração principalmente, que a legislatura tinha terminado, e por via de consequência a CPI caducou.

Depois de muita luta, defendendo as nossas teses, de prioridade para a pressurização dos cabos da rede externa, e providências imediatas para, principalmente, atender aos adquirentes de mais de 50.000 aparelhos, milhares deles já quitaram os seus compromissos há anos, enfim modernizar a atual rede, para depois pensar em expansão; é que tomarmos conhecimento, pela imprensa das declarações do atual Sr. Ministro das Comunicações, Cel. Haroldo Correa de Mattos, ratificadas pelo novo Presidente da TELERJ Cel. Nelson Souto Jorge que, em última análise, vêm confirmar todas as nossas denúncias e sugestões à época, e infelizmente, sempre rejeitadas pela Diretoria de então, em especial do ex-Presidente José Antunes Camargo.

O Supremo Tribunal Federal, não entrou ainda no mérito quanto à competência para constituição da CPI, se é da Assembléia Legislativa ou do Congresso Nacional. Todavia, considerando as manifestações do Sr. Ministro das Comunicações Cel. Haroldo Correa de Mattos e do atual Presidente da TELERJ Cel. Nelson Souto Jorge, usando argumentos coincidentes com os nossos ao longo desses meses de críticas à atuação dos ex-diretores da empresa, daremos crédito de confiança a essas autoridades, objetivando que medidas urgentes sejam tomadas para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pela TELERJ a todos os seus usuários.

Que as cobranças indevidas de ligações interurbanas e internacionais, bem como impulsos excedentes de telefones mudos, lesando milhares de usuários não continuem a predominar. Na verdade, Sr. Presidente, no pouco tempo de sua atividade, a CPI não deixou de cumprir em parte, com a sua finalidade, de mostrar a necessidade de se reformular a política operacional da TELERJ, em benefício de mais de 800 mil usuários em todo o Estado do Rio de Janeiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS (MDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

E, para mim, motivo de júbilo proferir este discurso em homenagem ao cinquentenário do mais tradicional estabelecimento de ensino do Mato Grosso do Sul, o Colégio Dom Bosco de Campo Grande, mantido pela Missão Salesiana.

Foi lá que conclui os cursos primário, ginásial e colegial e, também, onde ingressei na Faculdade de Direito, visto que o pioneirismo dos salesianos já havia dotado Campo Grande da primeira escola de Ensino Superior do Estado, que foi a de Filosofia, Ciências e Letras, logo seguida pela de Ciências Jurídicas.

Seria injusto citar nomes dos eminentes mestres pois que sempre corria o risco de omitir alguns. Além disso, é bom que se diga, as principais características do trabalho salesiano são o espírito de equipe e a despreocupação com os personalismos. Assim, nada mais justo que tributemos aqui nosso preito de gratidão a todos quantos, anonimamente, no correr de mais de um século, forjaram no espírito de algumas gerações de brasileiros daquele Estado, o espírito cristão que São João Bosco nos legou como sua maior e mais bela lição.

Eis o histórico do Colégio Dom Bosco.

Histórico do Colégio Dom Bosco

Ao ver formada a sua primeira turma de alunos internos em 1930, o Colégio Dom Bosco, então denominado simplesmente "Ginásio Municipal", dava início a uma nova fase de ensino gloriosamente assentada em um histórico passado de 14 anos de formação, ao que hoje se transformou numa das mais conceituadas casas de ensino de Campo Grande.

Curiosamente a história do Colégio Dom Bosco tem início na cidade de Aquidauana no ano de 1916, quando o Dr. Arlindo Lima fundou o "Instituto Pestalozzi" transferindo-o, no ano seguinte, para Campo Grande, onde permaneceu por 2 anos com o mesmo nome, pois já em 1929 era fundado o Ginásio Pestalozzi, no local onde hoje funciona o atual Colégio Dom Bosco.

O Dr. Arlindo de Andrade permanece com o ginásio até 1921, quando é adquirido pelo Sr. Henrique Cirilo Corrêa, sob a direção do qual a escola recebe orgulhosamente as primeiras bancas examinadoras, vindas do Rio de Janeiro.

Com apenas 4 anos à frente do Ginásio Pestalozzi, eis que, em 19 de fevereiro de 1925, o Sr. Henrique Corrêa o transfere ao Sr. João Tessitori Jr., do qual, em 1930, o estabelecimento é adquirido finalmente pela Missão Salesiana de Mato Grosso.

Em 1927, o Ginásio Pestalozzi sofre sensíveis transformações, com a equiparação ao Dom Pedro II, através de decreto datado de 17 de março de 1927 e no mesmo ano, com a municipalização, pela qual passa a denominar-se "Ginásio Municipal", formando a primeira turma em 1929.

Seis anos após a aquisição do Ginásio Municipal pela Missão Salesiana de Mato Grosso, ou seja, em 1936, é concluído o novo prédio do colégio, à avenida Mato Grosso, onde hoje funciona a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras.

Com a natural exigência de progresso no altar educacional, o então Ginásio Municipal abre em 1939 o Curso Comercial e Técnico de Contabilidade; em 1942, o Curso Científico e em 1950, o "Curso Noturno" ano em que a denominação "Colégio Dom Bosco", conhecida desde 1948, pelo Decreto nº 24.960, de 17 de maio de 1948, já se constituía em nome de indiscutível tradição, conceito e respeitabilidade.

Em 1951 dois acontecimentos de real importância para o Colégio Dom Bosco foram o lançamento da pedra fundamental do novo prédio na Rua 14 de julho em área de 103m x 23m, no dia 23 de setembro e a inauguração do Museu Etnológico "Dom Bosco" em 27 de outubro.

Em 1962, o complexo "Colégio Dom Bosco", que abrange hoje a Escola de 1º e 2º graus, Colégio Dom Bosco e as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) entregou à população a Faculdade Dom Aquino de

Filosofia, Ciências e Letras, a primeira escola de Ensino Superior do Estado, tendo como primeiro diretor e vice-diretor, respectivamente, Pe. Feliz Zavatato e Pe. Angelo Venturelli.

Ainda anexas ao Colégio Dom Bosco foram autorizadas a funcionar em 1966, a Faculdade de Direito de Campo Grande, em 1970 a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração e em 1972, a Faculdade de Serviço Social de Campo Grande. Nesse mesmo ano, quando começava a funcionar a quarta faculdade da FUCMT, o Colégio Dom Bosco admitia em seu corpo discente, alunos do sexo feminino, a fim de atender às exigências locais.

Durante esses 50 anos, somente pelo colégio Dom Bosco, já passaram mais de 50 mil alunos contando atualmente o complexo Dom Bosco — FUCMT, com cerca de 10.200 alunos, ocupando, em três turnos, quatro majestosos prédios.

No dia 5 do corrente presenciei a festa do cinquentenário do meu velho colégio. Lá estava, também, nosso companheiro nessa Casa, o nobre Deputado Benjamim Farah, da bancada do Rio de Janeiro, mas que é natural do Mato Grosso do Sul, tendo sido aluno da primeira turma do Colégio Dom Bosco. Aliás, Srs. Parlamentares, para que se possa avaliar a importância desse estabelecimento de ensino na Formação dos Mato-grossenses, basta lembrar que os nove membros da representação do Mato Grosso do Sul são seus ex-alunos.

Hoje, portanto, é com indissociável satisfação que registro nos anais da Câmara dos Deputados o transcurso do cinquentenário do Colégio Dom Bosco de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, na certeza de que assim o fazendo estou dando a justa dimensão a um acontecimento que transcende à Missão Salesiana e se integra à própria realidade do nosso Estado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Newton Cardoso.

O SR. NEWTON CARDOSO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo tem anunciado pelo País inteiro que a sua meta prioritária é a agricultura. No entanto, lá em Minas Gerais, acontece uma coisa paradoxal: enquanto se promete ao homem do campo fartura de dinheiro, de insu-
mos para a agricultura, eis que a insensibilidade política, a quase estupidez de S. Exª o Governador Francelino Pereira mandou para o protesto 121
programas de extensão do Banco Oficial, o BEMG, projetos, esses, Sr. Presidente, que interessam à Nação, tal é o aporte financeiro para desenvolver o alto Parnaíba. E o famoso plano PADAP, que tem demonstrado que o cerrado bem aproveitado poderá dar a este País a segurança do trigo para o seu consumo externo.

Outro programa que também vai a protesto, tomando terras do povo é o POLOCENTRO, e no jornal *Diário do Comércio Rural* de ontem se anuncia que o POLOCENTRO cumpre suas metas através da área ocupada de 2,4 milhões de hectares, quando o previsto era de apenas 2 milhões de hectares.

Nesse mesmo comentário de ontem, há uma avaliação do POLOCENTRO, numa área total ocupada para arroz, algodão, amendoim, citros, feijão, milho, soja, sorgo, trigo e pastagens. E, no entanto, por um capricho comum do azar ou da sorte, para o Governo, o mesmo jornal traz a matéria atentatória aos brios de Minas Gerais. Afirma que, a mando do Sr. Ministro Mário Henrique Simonsen, debaixo das ordens desse Ministro de meia tigela (isto aqui é denúncia do Deputado Nilson Gontijo) mandou-se cortar os empréstimos do BEMG, mandou-se cortar os empréstimos da Caixa Econômica Estadual, que cobrem, hoje, 90% da agricultura de Minas Gerais.

Está aqui a matéria, confirmada pelo Deputado da ARENA, Antônio Milton Sales, que, também, acatou as ordens oficiais, deixando que Minas Gerais se esfacelte politicamente, seus lavradores entreguem suas terras provando que tudo isso é uma farsa. As promessas oficiais são uma farsa! Uma farsa porque não se pode tirar de Minas o direito dos empréstimos prometidos através da sua demagogia oficial.

Está aqui um voto de repulsa, e que S. Exª o Governador de Minas tome as providências necessárias, corajosas e autênticas, para que não consuma essa estupidez para Minas: proibir os empréstimos do BEMG, o que já é um absurdo; e mais ainda: protestar títulos do PADAP e POLOCENTRO, outra burrice; e, ainda mais não deixar que a Caixa empreste ao povo mineiro.

Está aí o protesto e a reclamação. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Khair.

O SR. EDISON KHAIR (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na dança de avanços e recuos do sistema, parece que o Governo admite conviver, numa espécie de coexistência pacífica, com estudantes, mas, na realidade, isso seria a vontade do Governo ou pressão de toda a sociedade? Afirmando mesmo que é muito mais fácil admitirmos a segunda hipótese, pois quando os estudantes anunciaram sua intenção de reorganizar a sua entidade máxima — a União Nacional dos Estudantes, várias vozes do Governo, inclusive o Ministro da Educação, Eduardo Portela, não sabiam que posição tomar; ora reconhecendo o direito dos estudantes reunirem-se, — e não faziam mais do que reconhecer um direito constitucional, — ora ameaçando os estudantes, como aconteceu através de telex enviado aos reitores das universidades, pedindo providências cabíveis no sentido de evitar a mobilização da classe estudantil para o seu direito legítimo de reorganizar a UNE, agora em Salvador, de 29 a 30 do presente mês.

Agora, finalmente, os estudantes, conseguindo romper esse semicírculo de aço, a que estamos todos nós submetidos, voltam, na realidade, a exercer um dos artigos mais difíceis do que restou dos escombros da Constituição, isto é, o direito de se reunirem livremente.

Sabemos que os estudantes, enquanto classe, não se constituem num fator de renovação ou mesmo, na realidade, de transformação profunda da sociedade brasileira, porque são ligados diretamente à produção. A rigor, não seriam os estudantes nem mesmo uma classe mas, por se constituírem de uma verdadeira elite intelectual, numa elite que se constitui de 1,7% que consegue ter acesso à universidade, e num País onde a maioria do povo não tem acesso à Universidade.

Os estudantes sempre vanguardaram o processo em favor das liberdades democráticas. Todas as vezes em que as piores forças da reação e do obscurantismo prevaleciam, encontravam nos estudantes um fator de rejeição, uma verdadeira frente de rejeição, contra os regimes totalitários que se instalaram em nosso País em determinadas ocasiões. Assim o foi de 1937 a 1945, durante o Estado Novo, em que se fez notável a pressão dos estudantes por uma sociedade democrática. O Governo tentava, àquela época, criar um órgão oficial para os estudantes, um órgão parafascista que se chamava Juventude Estudantil. Os estudantes rejeitaram-no, não aceitaram o apelido e criaram a União Nacional dos Estudantes.

Agora, o regime marcial que aí está, disfarçado, fazendo força para esconder o seu caráter totalitário também tenta criar um órgão oficial e, numa contradição, reconhece na base os organismos de representação estudantil, ou seja, os DCES, mas não quer reconhecer o seu organismo máximo, que é a UNE; e pretende criar um Diretório Nacional dos Estudantes.

O Governo deveria de uma vez por todas ter o mínimo de sensibilidade e, obviamente, constatar que, se os advogados podem ter a sua Ordem dos Advogados, se os médicos podem ter os seus Conselhos Nacional e Regionais de Medicina, enfim, se todos os profissionais liberais podem ter suas entidades, por que os estudantes também não podem ter a sua entidade?

Finalmente, a congratulação, creio que de todos os Congressistas, independentes até mesmo de sigla partidária, com essa vitória dos estudantes. Na realidade, passando por cima da cara feia da ditadura e do quarto escuro, conseguem realizar o seu Congresso e a reconstrução de uma entidade que, num final de tarde e em uma noite, foi incendiada por um bando de fascistas, lá na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, em 1964, exatamente no dia 1º de abril. Agora, 15 anos depois, os estudantes dizem: a UNE não morreu, a UNE está presente.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (ARENA — PE) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não tem razão a ilustre representante do MDB de Pernambuco, Deputada Cristina Tavares, quando afirma em pronunciamento perante o Congresso, na sessão realizada ontem, dia 23-5-79, que o Governador Marco Maciel brinca de governo com participação, promovendo seminários tão ao gosto da terminologia tecnocrata como "Seminário Intergovernamental", a fim de ocultar os demandos policiais no Estado.

Data venia, não é a realidade.

Realmente, o Governo Marco Maciel vai promover nos dias 28 e 29 do corrente, no Recife, um seminário com os Prefeitos dos Municípios, visando

conhecer os principais problemas da administração local e suas necessidades de investimentos, para propor formas de ação conjunta Município-Estado, fixando prioridades para uma melhor operacionalização e distribuição de recursos.

Ainda, oferece o encontro para o Governo expor a programação dos órgãos da administração estadual, bem como sua disponibilidade de recursos para atender às constantes demandas econômicas e sociais dos Municípios. Finalmente, procura o encontro a integração dos esforços dos órgãos dos dois níveis de Governo, para obter maior racionalidade de ação e otimização dos resultados.

Esse "Seminário Intergovernamental" é antes de tudo um diálogo. E a intenção do Governador Marco Maciel é ampliar cada vez mais este diálogo, informando as administrações municipais dos planos e projetos em elaboração ou em andamento e recolhendo sugestões, críticas e indicações de necessidades locais ou mesmo regionais. O objetivo do "Seminário Intergovernamental" é dar continuidade ao processo de administração participativa, proposta no lema "Desenvolvimento com Participação", que orienta as ações do Governador Marco Maciel.

A iniciativa da Secretaria de Planejamento, através do FIAM, de promover esta reunião de estudos e debates, para exame dos problemas econômico-financeiros, administrativos e sociais do nosso Estado, revela, antes de mais nada, o grau de maturidade política de nossa comunidade. A convocação desse clube traz em si o reconhecimento implícito de que os problemas de Governo não são apenas questões de interesse dos que eventualmente detêm as posições de liderança política. Ao contrário, as questões de Governo afirmam-se cada vez mais na consciência coletiva, como problemas comunitários. Qualquer que seja a diretriz política, a mobilização popular em torno dos programas do setor público é condição vital para o seu êxito. É o grau de adesão e de participação de todos aos postulados e diretrizes do Governo que lhes dá autenticidade e lhes condiciona a viabilidade. Nisto reside a diferenciação básica entre o planejamento democrático e a planificação totalitária. O primeiro, mesmo quando a quantificação se faz necessária para a definição de índices e parâmetros do desenvolvimento, deve ser uma indicação precisa de objetivos, para que a iniciativa privada, aderindo ao esforço do Estado, participe ativa e intimamente do processo de crescimento coletivo. Já na planificação totalitária, este elemento perde o seu caráter de essencialidade. Basta que o Estado — onisciente, onipresente e onipotente — determine, prescreva ou decrete o que quer, o que deseja e o que espera. A coletividade fica reservado o papel passivo de instrumento, mera alavanca, para que se atinja o ideal definido como meta, para glória e benefício do próprio Estado.

No planejamento democrático, questionam-se os resultados, discutem-se os instrumentos e debatem-se os fins. É isto que o Governador Marco Maciel espera seja feito no seminário. Não deseja nem pretende substituir a opinião válida dos que se preocupam com os destinos da nossa sociedade, por suas próprias convicções. Está consciente o Governador Marco Maciel de que o honroso encargo de dirigir o seu Estado exige, antes de mais nada, respeito pela opinião pública, acatamento pelas alternativas técnicas e conformidade para com as diretrizes políticas. O seu papel, portanto, há de ser o de um conciliador entre as aspirações populares e as possibilidades efetivas de sua concretização. Conciliar os meios de que dispõe o Estado, com os fins a que todos indistintamente nos propomos, é, por si só, uma tarefa gigantesca. Portanto, não hesitará o Governador Marco Maciel em buscar o conselho dos que possam ajudá-lo, nem se furtará a ouvir as ponderações dos que tenham o elogiável propósito de transformar a Administração Pública Estadual num instrumento eficaz de promoção de nosso desenvolvimento econômico e de nossa prosperidade social.

A imaginação criadora da Deputada Cristina Tavares traz notícias a esta Casa de problemas policiais, que, de maneira nenhuma, podem ocorrer com o beneplácito das autoridades. O Governador Marco Maciel, sistemática e publicamente, tem condenado a violência e excesso policial, no Estado. Implementou o atual Governo um clima de absoluto respeito aos direitos humanos, mas, a estrutura policial, habituada ao vício, levará tempo para ser contida.

Cremos, assim, que as nossas palavras virão redimir o MDB do infeliz pronunciamento feito desta tribuna, pela sua inteligente e zelosa representante, Deputada Cristina Tavares.

Por fim, queremos dizer que levamos muito a sério a responsabilidade que temos como representante do povo, ao usar esta tribuna. O mandato popular não nos dá o direito de agredir, de acusar inconscientemente, de injustiçar, quem quer que seja. O povo não nos outorgou irresponsabilidades. Acredito que temos a obrigação de estudar, de pesquisar, de ir buscar subsi-

dios e informações, sempre que pretendermos fazer uma crítica, uma análise de problemas das administrações públicas federal, estadual ou municipal, para que não venhamos a incorrer em erro, para que não venhamos a fazer críticas infundadas a autoridades.

O Governador Marco Maciel está consciente dos percalços, das resistências e das dificuldades que usualmente se opõem a todo processo de mudança. Mas tem certeza e a convicção de que poderá tentá-lo com o apoio dos que, a qualquer outro interesse, sabem sobrepor o impostergável interesse coletivo, primeira obrigação de todo e qualquer governante.

Concluindo, este, o nosso pensamento, o que a nossa consciência nos obriga a dizer, em nome da verdade e dos altos interesses do Estado de Pernambuco e do Governador Marco Maciel.

Que "Desenvolvimento com Participação" não seja apenas um lema de Governo, mas sim a aspiração de Pernambuco e de todos os seus filhos

Era o que tinha que dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos aqui para trazer a nossa solidariedade aos jornalistas do Estado de São Paulo, pela sua luta no sentido de conquistar melhores condições de trabalho e melhores condições de vida. Estão paralisados os jornalistas do Estado de São Paulo, demonstrando que também sentem, na própria carne, o modelo de desenvolvimento econômico-social implantado neste País nos últimos anos, extremamente injusto, extremamente odioso para toda a classe de trabalhadores.

O processo de inflação brasileira tem corroído o salário de todos aqueles que são obrigados a viver de salário para o seu sustento, e os jornalistas não ficam fora desse mesmo problema. É, mais uma vez, mais uma luta de um setor do povo de São Paulo que, depois dos metalúrgicos do ABC, depois dos funcionários públicos do Estado, depois dos motoristas e cobradores das empresas de transportes coletivos, os jornalistas, demonstrando a sua vitalidade e capacidade de luta, paralisam o seu trabalho, para que possam obter, repito, melhores condições de vida e melhores condições de trabalho.

Portanto, nossa solidariedade a esses homens, que são, sem dúvida, uma camada importante para o desenvolvimento político e social do nosso País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (ARENA — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Esteve reunido o Conselho de Desenvolvimento Econômico, para adotar algumas medidas preconizadas pelo Ministro Delfim Netto, da Pasta da Agricultura. A imprensa denominou de "saco da agricultura" ou "saco agrícola". E nós, na verdade, não tivemos oportunidade de analisá-lo. Todavia, estamos certos de que algo foi feito para melhorar as condições dos agricultores, principalmente dos pequenos agricultores por ocasião das safras.

Entretanto, Sr. Presidente, precisamos de medidas mais positivas, mais objetivas, uma vez que o Presidente da República, General João Figueiredo, se afirmou, no seu Governo, dando prioridade especial à atividade agropecuária. É preciso, portanto, que outras providências correlatas, outras medidas sejam postas em prática com a maior brevidade possível.

De nossa parte, nós, do Nordeste, ainda esperamos também pelo nosso "saco agrícola" e que este saco não seja furado. Sr. Presidente, que nada ofeça àquela gente que tanto luta pela grandeza deste País. Ali, as estiagens prolongam-se, as frentes de serviço começam a ser organizadas, no meu Estado, entretanto, ainda não estão bem definidas. Iniciaram-se, mas ainda não são proveitosas, não incluíram nos seus quadros todos os agricultores daquela região, isto é, a mão ociosa, e que são carentes de serviço para sua sustentação, uma vez que perdemos quase toda nossa safra agrícola.

Por outro lado, Sr. Presidente, esperamos que o Ministro Mário Andreazza, de mãos dadas com o Ministro Delfim Netto, leve a efeito, no Nordeste, a implantação do Projeto Sertanejo. Dentro dos moldes do Projeto Sertanejo é que poderemos encontrar, pela agricultura, alguma coisa que venha beneficiar aquela área.

Além do mais, Sr. Presidente, fala-se no PROTERRA, e este, para os projetos maiores, precisa sofrer uma modificação.

Enfim, Sr. Presidente, é preciso ganhar tempo; é preciso que se considere que o tempo, para nós representa muito e que é o inimigo deste País; é preciso desburocratizar tudo, para que, no menor espaço de tempo, tenhamos

alcance as medidas preconizadas pelo Presidente João Baptista Figueiredo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação das Propostas de Emenda à Constituição nºs. 28, de 1978, que acrescenta parágrafos ao artigo 3º e altera a redação do caput do artigo 9º e dos parágrafos do artigo 17 da Constituição; e 29, de 1978, que altera e acrescenta itens aos artigos 112, 124, 132 e 140 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5, de 1979-CN, que cria a Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 45, de 1979-CN, da Comissão Mista, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1 a ele oferecida.

Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, declaro-a encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.) Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.) Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 5, DE 1979-CN

Cria a Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar (Estados do Amazonas e Acre e Territórios de Rondônia e Roraima), com jurisdição cumulativa sobre a Marinha, Exército e Aeronáutica e sede na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas.

Art. 2º Para a composição do quadro funcional da Auditoria de que trata o art. 1º desta Lei são criados os seguintes cargos:

a) na Justiça Militar da União:

1 (um) de Auditor;

1 (um) de Auditor Substituto;

1 (um) de Advogado-de-Ofício;

b) no Ministério Público da União junto à Justiça Militar:

1 (um) de Procurador de 3ª Categoria.

Parágrafo único. Haverá na Auditoria, para cada um dos cargos de Procurador e de Advogado-de-Ofício, 2 (dois) substitutos, que funcionarão nas faltas, férias ou impedimentos do titular, percebendo, nestes casos, vencimentos equivalentes ao do substituído.

Art. 3º Ficam criados, no Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, destinados à Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, 1 (um) cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-DAS-101.1, e 17 (dezessete) cargos de Categorias Funcionais compreendidas nos Grupos — Atividades de Apoio Judiciário, Serviços Auxiliares, Outras Atividades de Nível Médio e Serviços de Transporte Oficial e Portaria, de conformidade com os Anexos a esta Lei.

Art. 4º O preenchimento dos cargos especificados nos arts. 2º e 3º será feito na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A fixação do número de cargos efetivos por classe, com as correspondentes referências, será feita por meio de ato da Presidência do Superior Tribunal Militar, observada a lotação aprovada e percentuais aplicáveis, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes ao Sistema de Classificação de Cargos, vigente na área do Poder Executivo.

Art. 5º Instalada a Auditoria de que trata esta Lei, para ela serão remetidos os processos oriundos do território abrangido pela jurisdição respectiva e que ainda não tenham dia designado para julgamento.

Art. 6º As despesas com execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Justiça Militar ou para esse fim destinadas.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I
 (Lei nº , de de de 197)
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
Quadro Permanente
 (Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar)

Grupos	Categorias Funcionais	Nº de Cargos	Código
Atividade de Apoio Judiciário (STM-AJ.020)	Técnico Judiciário	4	STM-AJ.021
Outras Atividades de Nível Médio (STM-NM-1000)	Auxiliar Judiciário	2	STM-AJ.023
Serviços Auxiliares (STM-SA-800)	Atendente Judiciário	1	STM-AJ.024
Serviços de Transporte Oficial e Portaria (STM-TP-1200)	Oficial de Justiça	2	STM-AJ.025
	Técnico de Contabilidade	1	STM-NM-1042
	Agente Administrativo	2	STM-SA-801
	Datilógrafo	2	STM-SA-802
	Motorista Oficial	1	STM-TP-1201
	Agente de Portaria	2	STM-TP-1202

ANEXO II
 (Lei nº , de de de 197)
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
Cargo em Comissão
 (Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar)

Nº	Cargo	Código
1	Diretor de Secretaria	STM-DAS-101.1

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se, agora, à votação da emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.) Rejeitada.

Rejeitada a emenda na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado.

Aprovado o projeto sem emendas e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à sanção.

— É a seguinte a emenda rejeitada

Emenda nº 01

O Projeto de Lei nº 5/79 (CN) é acrescido dos seguintes artigos:

“Art. A organização judiciária do Território Federal de Rondônia compreende as Comarcas de Porto Velho (Capital), Ariquemes, Cacoal, Guaporé-Mirim, Jy-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena, com sede nos municípios de iguais nomes.

Art. A comarca de Porto Velho terá duas varas cíveis e duas varas criminais.

Art. Dentro de 60 (sessenta) dias da vigência desta lei, o Governo do Território de Rondônia encaminhará ao Ministério do Interior, representação fundamentada, demonstrando a urgente necessidade de reformulação da organização judiciária do Território, a fim de que aquela Pasta encaminhe a competente Exposição de Motivos ao Presidente da República, propondo o encaminhamento de Mensagem a anteprojeto de lei ao Congresso Nacional para criação dos cargos e serventias necessárias ao funcionamento das Comarcas a serem criadas no Território.”

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 89ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE MAIO DE 1979
1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. NILO COELHO

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silveira — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilhena — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro

— Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amilcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Junior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antonio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélia Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Morais — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Cláudio Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iraniido Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antonio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antonio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hildércio Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARE-

NA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoesel Dourado — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Darío Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Silvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantidio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Junior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulio — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biassi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Ruy Silva —

ARENA: Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iram Saraiva — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristiano Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Lourenço Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Leite Schmidt — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueirô — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Alvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Gera — MDB; Antonio Annibelli — MDB; Antonio Mazurek — ARENA; Antonio Ueno — ARENA; Ari Kiffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Sculco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olívier Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo José Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 414 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Khair.

O SR. EDISON KHAIR (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na realidade a greve dos jornalistas do Estado de São Paulo reflete o protesto não isolado de uma categoria, mas o ascenso à luta dos trabalhadores de um modo geral, desde os metalúrgicos, passando pelos rodoviários, indo até os médicos, e por que não os jornalistas. Os jornalistas, sem os quais nós nem mesmo poderíamos exercer as nossas funções, e que na realidade têm um piso salarial muito aquém do serviço que prestam à Nação e sobretudo àqueles que lidam com o fato público.

Temos certeza de que o movimento dos jornalistas do Estado de São Paulo, se não vitorioso em sua primeira etapa, constitui-se um marco histórico da classe, no sentido de afirmar os seus direitos perante os patrões. E freqüentemente, nós, que temos reclamado tanto da censura, que temos combatido tanto esse instrumento odioso de um sistema arbitrário que aí está, nós esquecemos de realçar também a ditadura que igualmente existe dentro dos jornais, contra os jornalistas e, de uma forma geral, contra todos aqueles que militam na Imprensa, não só como jornalistas, mas também e ainda na parte gráfica.

Entendemos que os políticos devem, nesta hora, se posicionarem em favor da greve dos jornalistas, porque ela é justa. Não é possível que o piso salarial do jornalista seja hoje, pelo menos em meu Estado, Sr. Presidente, inferior a de um gari. Não que o trabalho do gari seja inferior ao do jornalista, mas todos nós sabemos que o trabalho intelectual que o jornalista desenvolve não pode, de forma alguma, subsistir como subsiste ainda hoje, em termos verdadeiramente aviltantes para a classe.

Portanto, trazemos aqui a nossa solidariedade, e cremos que seja de grande parte destes Congressistas, ao movimento de paralisação à greve dos jornalistas do Estado de São Paulo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Navarro Vieira Filho.

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO (ARENA — MG) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Deveríamos ter, esta semana, votado a Emenda Constitucional nº 24/78, que altera a redação do art. 15, § 1º alínea "a", da Constituição Federal, que visa restabelecer a autonomia das cidades consideradas estâncias hidrominerais, consagrando-lhes o direito de elegerem, por sufrágio universal e direto, seus Prefeitos e Vice-Prefeitos.

Tenho a honra de defendê-la, em seu mérito, e o faço por delegação expressa de quem a apresentou, meu pai, o então Deputado Navarro Vieira que, por 20 anos consecutivos, exerceu mandatos parlamentares com honradez e dignidade, atributos que pretendo não desmerecer neste início e ao longo de minha vida pública.

Desde que foi, pela primeira vez, eleito Deputado, meu pai sempre representou expressiva região do Sul de Minas Gerais, região onde se localizam duas das mais belas e agradáveis estâncias hidrominerais: Caldas e Poços de Caldas. Em ambos os Municípios, foi ele sempre ali o Deputado majoritário, seja nas eleições para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, seja nos pleitos para esta Casa. E quando quis deixar a vida parlamentar, candidatei-me com seu apoio, e aqui estou, ao lado da mais alta e esclarecida representação política da Nação.

Como ele, também sou majoritário naquelas duas estâncias, tendo, em Poços de Caldas, indubitavelmente, a maior estação hidroclimática da América Latina, minha mais expressiva base eleitoral.

Sinto-me à vontade pois, por ser filho do autor dessa emenda e por ser representante de duas das 13 estâncias hidrominerais, para defender-lhes a almejada autonomia.

Evidentemente, com esta posição, quis seu autor abrir mão do privilégio de indicar, para nomeação pelo Governador do Estado, os Prefeitos daqueles Municípios. É manifestação consciente, e que vem ao encontro dos mais legítimos postulados democráticos, qual seja o restabelecimento das eleições diretas.

A referida emenda traz em sua justificativa que a Constituição de 1969 consagra a instituição do sufrágio universal, através do voto direto e secreto, mas estabelece restrições à regra geral. Assim, os Prefeitos dos Municípios considerados estâncias hidrominerais são hoje nomeados pelos Governadores com prévia aprovação das Assembleias Legislativas.

Como convém a um diploma de sua envergadura, a Constituição não desceu a minúcias para esclarecer os motivos que determinaram a exclusão das eleições diretas para os Prefeitos desses Municípios.

Em rigor, os argumentos comumente citados contra a autonomia das estâncias baseiam-se na premissa singular de que grande parte das verbas neles aplicadas são provenientes do Governo, dado o interesse público relevante, comum ao Estado e à União. Mas as estâncias são, em sua essência, apenas fonte de turismo e cura. E os aspectos políticos de que tratam, antes de interessarem à Nação, são muito mais de importância local!

Considera-se ainda o fato de que os Estados, a exemplo do Estado de São Paulo, vêm de descharacterizar as cidades estâncias hidrominerais, dando-lhes outra denominação que não exprime o que realmente são.

Nós, mineiros, nos orgulhamos de nossas estâncias hidrominerais, e queremos que elas sejam sempre assim cognominadas, mas que tenham seus municípios o direito de escolher seus dirigentes.

Enfatizo aqui o alto espírito público do relator Deputado Djalma Bessa, e da Comissão Mista, que, por unanimidade, aprovou o parecer. E trago ao conhecimento desta Casa minha disposição de reapresentá-la de imediato, adaptando-a ao novo momento político que vivemos, quando se vislumbra para os próximos meses a completa reorganização da vida partidária nacional, e nós que, que queremos o ordenamento da democracia em torno de partidos políticos autênticos e de programas definidos, não podemos determinar eleições para dentro de poucos meses, quando os partidos possam não mais existir.

Queremos eleições nas estâncias, mas as queremos disputadas através de partidos políticos. Pelo que preconizo, em sua reapresentação, eleições para 15 de novembro do próximo ano, dando tempo para a constituição e o amadurecimento dos futuros partidos.

Assim procedendo, entendo vir ao encontro do pensamento de ambas as atuais Bancadas, da opinião pública das estâncias, das Lideranças de meu Partido e da vontade de nosso Presidente João Figueiredo, que está conduzindo este País a uma verdadeira e plena democracia.

Era o que tinha que dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Carvalho.

O SR. LÁZARO CARVALHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Já é do domínio público a denúncia formulada contra o DETRAN do Rio de Janeiro pela máfia de corrupção que lá impõe.

Hoje, ao ler os jornais da manhã — como habitualmente o faço — deparo no Jornal do Brasil e em O Fluminense a notícia de que os proprietários das auto-escolas do Estado do Rio de Janeiro enviaram ao Governador do Estado, Governador Chagas Freitas, em que acusam diversas autoridades que passaram pela direção do órgão ou que ainda lá estão.

Sr. Presidente, a denúncia é um tanto mais grave quando se sabe que o Sr. Ademar Alves, que foi Diretor da IV CIRETRAN do Rio de Janeiro, que encampava não só a Baixada Fluminense, mas vários outros Municípios daquela região e posteriormente Vice-Diretor do DETRAN, é uma das pessoas mais implicadas no caso, especialmente porque na denúncia os proprietários de auto-escolas do Rio de Janeiro afirmam que o Sr. Ademar Alves arrecada a quantia de um milhão e meio de cruzeiros a pretexto de que esta quantia é para ser repartida entre o Sr. Governador Chagas Freitas, o Deputado Miro Teixeira e o Comandante Adhyr Veloso.

Sr. Presidente, "as demais pessoas implicadas, segundo o documento dos proprietários das auto-escolas, são: Coronel Cabrera, Wilson Navarro (funcionário da DESIFE), General João José Brandão Siqueira (ex-Diretor-Geral do DETRAN, exonerado no inicio de maio), Celso Franco (ex-Diretor-Geral do órgão), Ivo Carneiro (irmão do, também, ex-Diretor-Geral, Ivam Carneiro), Couceiro, Almeida e a maioria dos funcionários do Departamento de Trânsito fluminense que atuam como examinadores nos exames teóricos e práticos para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação."

Como já é um documento público, Sr. Presidente, dispenso-me de lê-lo, pedindo a V. Ex^e que o faça transcrever nos Anais do Congresso Nacional.

Reputamos da maior gravidade essa denúncia, não só por envolver as personalidades ali enumeradas, quando, tanto mais, o Sr. Ademar Alves, figura notoriamente conhecida no Estado do Rio como um dos mentores principais dessa corrupção que campeia no DETRAN, afirma, repito, que essa verba de 1 milhão e meio agora será aumentada para 2 milhões de cruzeiros por semana para ser distribuída entre Governador de Estado, Deputado Miro Teixeira e o Comandante Adhyr Veloso.

Sr. Presidente, a nota também afirma que o Sr. Governador do Estado, Chagas Freitas, já determinou as providências para apurar as responsabilidades desses funcionários corruptos do DETRAN. É de se notar que já fiz esta denúncia, por várias vezes da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, na legislatura passada, quando pude citar pronunciamento da ex-Deputada Estadual Lygia Lessa Bastos, hoje nossa colega nesta Casa. Quando ocupava uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, S. Ex^e já denunciava o Sr. Ademar Alves como um homem corrupto. Na época, com esse dinheiro malbaratado do DETRAN ele presenteou até, a sua secretaria com um carro "Dodge" do ano, cuja placa também demos à época.

Portanto, Sr. Presidente, com a permanência do Sr. Ademar Alves à frente da Direção do DETRAN, dever-se realmente realizar-se a apuração desses fatos delituosos, dessa corrupção por ele implantada nesse Departamento, quando acusa personalidade da mais alta responsabilidade de nosso Estado.

Sr. Presidente, esperamos que V. Ex^e determine a transcrição desta denúncia, na íntegra, nos Anais da Casa, bem como esperamos o curso das providências que serão adotadas pelo Governador Chagas Freitas, para que possamos trazê-las ao conhecimento desta Casa. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LÁZARO CARVALHO EM SEU DISCURSO:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1979

O ESTADO

Extorsão

DONOS DE AUTO-ESCOLAS DENUNCIAM "MÁFIA DA CORRUPÇÃO" NO DETRAN

O Governador Chagas Freitas já sabe quais são os funcionários corruptos do DETRAN, bem como o nome das pessoas que, embora não pertençam ao quadro de servidores do órgão, também fazem parte da "máfia da corrupção do DETRAN", conforme expressão usada pelo ex-Diretor-Geral, Coronel Antonio João Brandão Siqueira, no dia em que foi exonerado do Departamento de Trânsito fluminense.

A denúncia dos corruptos do DETRAN foi feita pelos proprietários de auto-escolas do Estado do Rio de Janeiro, através de um relatório enviado ao Governador Chagas Freitas. O documento foi entregue há cerca de 15 dias e, eles, os donos das auto-escolas, relatam todos os meios utilizados pelas pessoas envolvidas no caso para conseguirem subornos dos candidatos à Carteira Nacional da Habilidade.

Conforme afirma o relatório, o principal acusado de corrupção é Ademar Alves, "que diz ser amigo de V. Ex^e e do Deputado Miro Teixeira, como também do Dr. Joaquim Mário e do Comandante Adhyr Veloso" (atual Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro).

Segundo os proprietários das auto-escolas, Ademar Alves consegue apurar a quantia que varia de Cr\$ 1 milhão a Cr\$ 1,5 milhão, em cada exame escrito realizado pelos candidatos. Esta importância, de acordo com os signatários do documento, vai aumentar para Cr\$ 2 milhões, já que o mesmo Ademar Alves afirmou que, agora, a quantia terá que ser repartida também entre Chagas Freitas, Miro Teixeira e Adhyr Veloso.

As demais pessoas implicadas, segundo o documento dos proprietários das auto-escolas, são: Coronel Cabrera, Wilson Navarro (funcionário da DESIFE), General João José Brandão Siqueira (ex-Diretor-Geral do DETRAN, exonerado no inicio de maio), Celso Franco (ex-Diretor-Geral do órgão), Ivo Carneiro (irmão do, também, ex-Diretor-Geral, Ivam Carneiro), Couceiro, Almeida e a maioria dos funcionários do Departamento de Trânsito fluminense que atuam como examinadores nos exames teóricos e práticos para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Eis, na íntegra, o relatório enviado pelos donos das auto-escolas ao Governo Estadual:

"Exmo Sr. Dr. Chagas Freitas
MD Governador eleito do Estado do Rio de Janeiro
Excelência:

Nós, proprietários de auto-escolas do Estado do Rio de Janeiro, sentimo-nos no dever de alertar V. Ex^e para a desenfreada corrupção existente no DETRAN, que continuará, caso fique evidenciado o que nos chega ao conhecimento. Atualmente, o "Chefe da Máfia" que comanda o DETRAN

chama-se (já se sabe se ainda não sabe, o que duvidamos) Ademar Alves, que se diz seu amigo particular, não só de V. Ex^e, como também do Deputado Miro Teixeira, Dr. Joaquim Mário e Comandante Adhyr Veloso.

Para que V. Ex^e tenha uma pequena idéia de como funciona o esquema, informamos:

Prova escrita

a) o proprietário da auto-escola, ao marcar o exame de seus candidatos, é obrigado a pagar ao chefe do posto a importância de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) sendo que bastará ao mesmo só assinar seu nome no cartão IBM, ficando a perfuração sob responsabilidade do Cel. Cabrera, que os recolhe logo após a prova e os leva para o DETRAN Sul, só entregando-os no IME, para computação, no dia seguinte;

b) cada prova escrita rende para o Sr. Ademar Alves e sua gang a importância que varia de Cr\$ 1.000,000,00 a Cr\$ 1.500,000,00.

Prova de direção

a) o dono da auto-escola, ao marcar o exame de seus candidatos, é obrigado a pagar ao chefe do posto a importância de Cr\$ 1.000,00 por candidato, e, se não o fizer, terá seus candidatos reprovados e são passíveis de punição, de acordo com as normas do CONTRAN;

b) normalmente, são marcados 50 (cinquenta) candidatos por Banca, sendo que, atualmente, temos 8 (oito) Bancas diárias (Cascadura, DETRAN) Sul, Méier e Auto-Tour. Como V. Ex^e poderá verificar, são 400 (quatrocentos) candidatos por dia, a Cr\$ 1.000,00 cada. Desta importância, cada examinador recebe Cr\$ 10.000,00 por Banca, sendo que são usados 24 (vinte e quatro) examinadores, que, na realidade, não são 24, pois muitos repetem uma ou mais Bancas. São distribuídos Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros) entre os examinadores, que só têm o trabalho de assinar as atas, pois os candidatos já estão aprovados. O restante, Cr\$ 160.000,00, assim bem como o montante da prova escrita, é recolhido pelo "Colaborador" Wilson Navarro, que, embora seja funcionário da DESIPE, está lotado "não oficialmente" como assistente do Cel. Cabrera.

Nota: Segundo consta, o preço vai aumentar, pois o Sr. Ademar Alves, com a intenção de enxovalhar o nome de V. Ex^e e, principalmente, do Deputado Miro, informou a seus auxiliares que precisa separar a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) por semana, para distribuir entre V. Ex^e, Deputado Miro, Comandante Adhyr Veloso, e seu protegido General Siqueira, sem contar os que já estão no esquema (Celso Franco, Couceiro, Ivo Carneiro, Almeida e outros).

O Sr. Ademar Alves não está totalmente satisfeito, pois, segundo consta, ele não conseguiu nomear o Diretor da Diretoria de Habilitação, mas em compensação, segundo consta, "fez", o Cel. Walter Bianc, Diretor de Emplacamento, que levará como seus diretores o Sr. Almeida, o Sr. Paulo César, além de outros de seu esquema. O Gen. Siqueira não sabe disso? Duvidamos! O Comandante Adhyr Veloso não sabe disso? Duvidamos! O Deputado Miro Teixeira não sabe disso? Duvidamos!

Sr. Governador

Ainda guardamos na memória o Governo de V. Ex^e, quando no DETRAN existia honestidade, e não gostaríamos de ver o nome de V. Ex^e e sua equipe desmoralizada por uma gang como a do seu "amigo" Ademar Alves.

Cordialmente,

Proprietários de auto-escolas do Estado do Rio de Janeiro.

Nota: Para não tomar muito tempo de V. Ex^e, citamos, tão-somente, a Diretoria de Habilitação, mas faça uma pequena idéia de como estão as CIRETRANS, o Emplacamento, a Administração e a Engenharia."

Sindicato confirma denúncias

O Presidente do Sindicato das auto-escolas do Rio de Janeiro, Nelson Correia Ramalho, confirmou, ontem, que os proprietários de auto-escolas elaboraram e entregaram ao Governador Chagas Freitas, um relatório contendo denúncias sobre toda "a máfia da corrupção do DETRAN".

Conforme explicações de Nelson Ramalho, o documento não foi idealizado pela Diretoria do Sindicato, mas, sim, por integrantes da classe "descontente com a atual situação". Disse, também, que embora não saiba exatamente quem elaborou o relatório, "isso não é difícil de ser apurado".

Proprietários de auto-escolas do Rio enviaram um documento ao Governador Chagas Freitas denunciando "a desenfreada corrupção existente no DETRAN", principalmente na Diretoria de Habilitação: acusando de "chefe da máfia" o ex-diretor de emplacamento, Ademar Alves; e envolvendo o chefe de Habilitação do DETRAN-Sul, Coronel Cabrera.

O presidente do Sindicato das Escolas de Motoristas de Veículos Rodoviários do Rio de Janeiro, Nelson Correia Ramalho, afirmou que o documento não partiu do sindicato, mas que já tinha sido informado de sua existência e procurara identificar seus autores. Acrescentou que está disposto a se encontrar com o Governador Chagas Freitas, se for chamado para esclarecer o assunto.

Denúncias

O documento denuncia que, na prova escrita, "o proprietário da auto-escola, ao marcar o exame de seus candidatos, é obrigado a pagar ao chefe do posto a importância de Cr\$ 1 mil e, com isso bastará ao candidato assinar seu nome no cartão IBM, ficando a perfuração sob responsabilidade do Cel. Cabrera, que os recolhe logo após a prova e os leva para o DETRAN-Sul, só entregando-os ao Instituto Militar de Engenharia, para computação, no dia seguinte".

Prossegue o documento, afirmando que cada prova escrita no Maracanã rende ao "Sr. Ademar Alves e a sua gang a importância que varia de Cr\$ 1.000,000,00 a Cr\$ 1.500,000,00". Na prova de direção, "o dono da auto-escola, ao marcar o exame de seus candidatos, paga ao chefe de posto a importância de Cr\$ 1.000,00 por candidato, e, se não o fizer, terá seus candidatos reprovados e as escolas são passíveis de punição, de acordo com normas do CONTRAN".

Diz ainda o documento que, normalmente, são marcados 50 candidatos por banca, sendo que, atualmente, funcionam oito bancas diárias (em Cascadura no DETRAN-Sul, no Méier e na Auto-Tur). São 400 candidatos por dia, a Cr\$ 1.000,00 cada. Dessa importância, cada examinador recebe Cr\$ 10 mil por banca, sendo necessários 24 examinadores "que, na realidade, não são 24, pois muitos repetem uma ou mais bancas". São distribuídos Cr\$ 240.000,00 entre os examinadores, "que só têm o trabalho de assinar as atas, pois os candidatos já estão aprovados. Os restantes Cr\$ 160.000,00 e mais o montante da prova escrita são recolhidos pelo colaborador Wilson Navarro, que, embora seja funcionário do DESIPE, está lotado não-oficialmente como assistente do Coronel Cabrera".

No final, o documento diz que, "segundo consta, o preço vai aumentar, pois o Sr. Ademar Alves, com a intenção de enxovalhar o nome de V. Ex^e e, principalmente, do Deputado Miro Teixeira (dos quais se diz amigo), informou a seus auxiliares que precisa separar a importância de Cr\$ 2.000.000,00, por semana para distribuir entre V. Ex^e, o Deputado Miro, o Comandante Adhyr Veloso e seu protegido, General João José Brandão Siqueira (ex-diretor-geral do DETRAN), sem contar os que já estão no esquema (Celso Franco, Jorge Alberto Alves Couceiro (ex-diretor do DETRAN), Ivo Carneiro (irmão e assistente do ex-diretor Ivan Carneiro), José de Almeida (funcionário da Diretoria de Emplicamento) e outros".

O DETRAN deverá divulgar, hoje, o resultado da sindicância que apura o envolvimento de funcionários na quebra de sigilo que provocou a anulação da prova escrita realizada na quinta-feira passada no Maracanã, por 7 mil 368 candidatos. Será anunciada, ainda, a data da nova prova.

O Diretor-Geral do DETRAN, Coronel Antônio João Ribeiro Ferreira Mendes, constituiu comissão de quatro pessoas, presidida pelo assistente jurídico Luís Antônio de Andrade Filho, para promover a incineração de carteiras de habilitação, autorizações para conduzir veículos e licenças de aprendizagem com chancela da administração anterior ou sem chancela. Ainda não há data marcada para a queima dessas carteiras.

Em atos publicados no *Diário Oficial* de ontem, o Diretor do DETRAN dispensou da função de perito examinador três funcionários de Nova Iguaçu, quatro de Campos, um do Rio e um de Niterói.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Costamilan.

O SR. JÚLIO COSTAMILAN (MDB — RS) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Esta não é a primeira vez que assomamos à tribuna de um Parlamento para proclamar a importância da imprensa na vida de um país, principalmente pela contribuição que emprega, quando independente, na construção e fortalecimento das instituições democráticas.

Como Vereador na Cidade de Caxias do Sul, Deputado Estadual na Assembleia Legislativa Rio-Grandense e agora integrando o Congresso Nacional, ontem, como hoje, continuamos a sustentar que a imprensa, ao longo dos últimos quinze anos, caracterizados pela excepcionalidade, pelo arbitrio e pela prepotência, se constituiu na esperança do povo, de que, embora tendo muitas vezes suas páginas maculadas pela violência da censura, continua a vigorosa e determinada a concorrer de todas as formas para o restabelecimento das franquias democráticas e da liberdade.

A imprensa tem sido, através dos tempos, principalmente nas épocas mais difíceis para o povo, o veículo a transmitir os anseios das diferentes áreas sociais, seus reclamos e aspirações, no desbravar caminhos e descobrir horizontes na construção do futuro.

No desempenho dessa tarefa, os gaúchos conheceram e aprenderam a admirar, dentre tantos ou outros órgãos, o *Jornal do Comércio*, fundado por Jenor Cardoso Jarros, em 25 de maio de 1933.

Ao início como *Boletim Informativo do Comércio*, em pleno período revolucionário iniciado pelo movimento de 30, tinha como meta subsidiar a atividade empresarial com informações específicas do seu interesse, face às inovações que a fase de alterações estruturais da economia registrava.

A capacidade e o talento de seu fundador, revelados no conteúdo das matérias publicadas, conquistaram a confiança e o aplauso de quantos se valiam do *Boletim Informativo*, resultando, dentro em pouco, a exigência de uma ampliação nos propósitos de seu fundador, Janor Cardoso Jarros, além do reconhecimento de adequar o setor gráfico para melhor atender ao seu crescimento. Com isso seu nome foi alterado para *Consultor do Comércio*, sendo substancialmente ampliado, passando a se constituir num jornal, pela estrutura, pelas exigências, pelas necessidades. A Capital do Estado do Rio Grande do Sul passava a contar com um órgão de imprensa de leitura obrigatória pelo comerciante, industrial, profissional liberal e outros setores da comunidade.

Sentiu, então, Jenor Cardoso Jarros que a sua iniciativa gerara condições em todas as frentes para definir o surgimento do *Jornal do Comércio* como órgão definitivo do jornalismo gaúcho, uma publicação diária com informações para o comércio e a indústria. A partir daí a obra de Jenor Cardoso Jarros adquiria a projeção que sua capacidade administrativa e espírito empreendedor vislumbraram quando da fundação do então *Boletim Informativo do Comércio*. Suas editorias específicas vão aos poucos se transformando para um jornalismo com todos os segmentos de informações. Transformou-se num dos mais modernos veículos do Sul, com a utilização da off-set, uma tiragem superior a 50.000 exemplares e a manutenção de Sucursais em várias cidades gaúchas e ainda em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Mas, em novembro de 1969, quando a Empresa já possuía dimensões de grande porte, perde o *Jornal do Comércio* o seu fundador e artífice, aquele que se tornara o responsável pelo seu crescimento e pela respeitabilidade conquistada no conceito da gente rio-grandense. O falecimento de Jenor Cardoso Jarros determinou que a responsabilidade maior pelo comando da sua Organização passasse à esposa e companheira de lutas de tantos anos, Sra. Zaida Jarros, aquela que o acompanhou em todos os momentos na concretização do sonho de oferecer aos gaúchos e ao País um jornal dos mais conceituados e completos, aquela que, acompanhando toda a história da Organização, atuando diretamente em cada um dos segmentos, ocupa o cargo de Diretora-Presidente, tendo ao seu lado o filho Delmar Jayme Jarros, Diretor Superintendente, mantendo, dessa forma, um elo familiar que torna a Empresa o prolongamento fiel dos propósitos que comandaram esse crescimento desde a sua fundação.

Colaborador infatigável, amigo leal, e testemunha pelo concurso de sua participação em todas as fases da Empresa, o Sr. Homero Guerreiro ocupa o cargo de Diretor-Secretário, assegurando com seu conhecimento e capacidade um jornalismo com tradição e dinâmico, atualizado e sério.

Continuou a Empresa a desenvolver suas atividades, ampliando e diversificando sua atuação em outros ramos da comunicação, surgindo a Rádio *Jornal do Comércio* em Porto Alegre, com rede da mesma em Cachoeira do Sul e Candelária, cabendo ao Sr. Ruy Valandro a responsabilidade da Direção Comercial da Organização, já que há muitos anos a integra como um dos mais eficientes colaboradores.

Nesse estágio de progresso o *Jornal do Comércio* vê transcorrer o quadragésimo sexto aniversário de sua fundação, constituindo-se em patrimônio dos mais importantes na vida da imprensa do Rio Grande do Sul, pelos relevantes serviços prestados em favor do progresso e desenvolvimento daquele Estado.

Escolhemos esta sessão do Congresso Nacional, quando se reúnem deputados e senadores para o debate e deliberação de projetos do interesse de toda a Nação, para fazer este registro, por entendermos ser o *Jornal do Comércio*, ao completar 46 anos de atividades, credor das homenagens de parte dos Representantes de todo o povo brasileiro, pelo que tem contribuído em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil, informando, reivindicando, orientando e, sobretudo, oferecendo a sua opinião sobre temas da mais alta relevância no interesse nacional.

Homenagens que traduzimos nas pessoas de seus atuais Dirigentes, seguidores fiéis do exemplo extraordinário de Jenor Cardoso Jarros, de seus Gerentes de Sucursais, funcionários, repórteres, redatores, trabalhadores que operam nas oficinas, a todos que, de uma ou outra forma, concorrem para oferecer todos os dias aos gaúchos e aos brasileiros dos demais Estados um jornal dos mais completos do País, o *Jornal do Comércio*.

O *Jornal do Comércio* é hoje, seja-nos permitido afirmar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, patrimônio do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em que pese lutar pelo mesmo ideal em trincheiras diferentes, sinto-me à vontade, como homem de oposição, para destacar a figura de um homem público integrante do Partido do Governo, que, na cátedra ou no exercício do mandato parlamentar, sempre correspondeu sincera e calorosamente aos sentimentos e aspirações do laborioso povo carioca.

Trata-se do professor Francisco da Gama Lima, ex-Deputado à Assembleia Legislativa Fluminense, da bancada da ARENA, combativo, orador primoroso, erudito, fraterno, portador de um invejável *curriculum vitae*, como homem público ajustado às glórias tradições do Estado do Rio.

Pois bem, apesar da sua alta qualificação moral e intelectual, exigida para o exercício de uma alta função na administração pública federal, deparo-me com uma notícia transcrita no *Jornal do Brasil* de ontem, que passo a ler para que integre este pronunciamento:

"VALESUL TEM NOVO PRESIDENTE"

As pressões da Shell do Brasil junto ao Ministro das Minas e Energia, César Cals, para que o ex-Deputado Francisco da Gama Lima não assumisse a presidência da VALESUL, na qual a multinacional detém 36% do capital, deram resultado. Em substituição ao Sr. Gama Lima, escolhido pelo próprio Ministro César Cals, foi indicado o Sr. Newton Resende, ex-Diretor da Cia Meridional de Mineração, que tomou posse no dia 7 de maio, a portas fechadas."

É o caso de perguntar ao Presidente João Baptista Figueiredo, até quando? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cristino Cortes.

O SR. CRISTINO CORTES (ARENA — MT) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

São dramáticas as perspectivas para a pecuária de corte no Brasil, em face da estranha deliberação do Governo, ao determinar a suspensão de financiamento aos frigoríficos. Com essa medida, na verdade inoportuna, serão impostos sérios danos à economia rural, cujas consequências não podem ser de logo avaliadas.

Impedida a COBAL de adquirir a carne dos frigoríficos, o que se prevê, agora, é uma desordem, no mercado interno, do produto.

Essa decisão governamental vai provocar reações negativas, em cadeia, prejudicando, por último, o criador, cujos rebanhos, nesta fase de estiagem, começam a perder peso, provocando a saturação do mercado de consumo, com a elevação absurda dos índices de oferta.

Creio que nenhum economista poderá apresentar razões que justifiquem ato tão impensado e tão inconsequente.

Venho, a este respeito, fazer veemente apelo às esferas responsáveis do Governo Federal, no sentido de que determinem a imediata revogação da portaria, dado o seu sentido incoerente e danoso.

A medida em causa, datada de 12 de maio corrente, pode ser entendida como atitude decorrente da crise de imaginação de alguns tecnocratas, ainda não sintonizados com as linhas circunstanciais da nossa economia de consumo.

O critério de financiamento da carne aos frigoríficos sempre configurou um procedimento regular e justo, como solução indispensável ao processo de dinamização de nossa riqueza pecuária. Por isso mesmo, sustar a assistência creditícia a quem produz corresponde a um ato de irreflexão social, ainda mais quando tal providência é tomada no momento em que, pela primeira vez, o bovino novo estava tendo seu valor real e justo. Essa medida governamental, evidentemente, prejudicará imediatamente o produtor, pois, não se vendendo bovinos gordo, o invernista não poderá comprar bovinos magros, e o recriador, por sua vez, não vendendo os magros, não poderá, logicamente, adquirir garrotes ou bezerros.

Este apelo, que é formulado em nome de todos agropecuaristas brasileiros, vem basear-se numa situação de real esmorecimento no momento em que estavam confiantes na política agropecuária do Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A política econômico-financeira do Governo autoritário está agravando a situação dos assalariados, promovendo o desemprego e o subemprego.

No Metrô do Rio de Janeiro, mais de dois mil operários já foram dispensados e se encontram em situação aflitiva para manterem suas famílias.

Quero registrar, aqui, o caso de Angra dos Reis e Niterói. Em Angra dos Reis, 32 empregados do porto daquela cidade foram desligados da folha de pagamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro, e colocados à disposição da Secretaria Estadual de Administração. Deixaram eles de receber seus salários, a partir de 1º de abril.

Na mesma data, outra lista de 27 empregados do Porto de Niterói foi afixada, nas mesmas condições, desligados os trabalhadores da folha de pagamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Sofrerem esses 59 empregados graves prejuízos, pois tiveram seus salários rebaixados, sem nenhum aviso, contrariando as leis existentes.

O Presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro explicitou, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, os motivos da dispensa. Disse ele — passem, Srs. Deputados — que esses empregados estavam em idade elevada, seus salários eram altos e a Companhia não tinha interesse em mantê-los.

Assim, o Presidente, que ganha muito bem, dispensa os serviços de trabalhadores que já prestaram inestimáveis serviços à Companhia. Agora, são lançados às feras, porque o Presidente da C^h Docas do Rio de Janeiro "não confia em pessoa de mais de 30 anos", como diz aquela canção.

A assessoria jurídica da Secretaria de Administração do Estado era contrária à devolução dos empregados dos dois portos fluminenses. Um parecer assinado pelo Dr. Paulo Duboc afirma que a medida da empresa "carece de fundamentos e amparo legal", concluindo ainda que "a rescisão bilateral do contrato de concessão dos portos de Angra e Niterói ocasionou a transferência, à União, dos encargos totais e, posteriormente, à Companhia Docas do Rio de Janeiro, Sociedade de Economia Mista, controlada pela PETROBRAS".

Em Angra, na relação dos nomes de pessoas impedidas de trabalhar constam:

Heitor de Carvalho, Catarina Massad Steves (atual diretora do Centro Estadual de Ensino Almirante Brasil), Benedito da Costa Rosário (chefe de Gabinete da Prefeitura de Angra), Orlando Soares Moreira (Presidente da Câmara de Vereadores), Josemar de Carvalho Nóbrega, Ismael Moreira, José Albino Moreira, Carlos Alexandrino Araújo, Mário da Silva Marques, Antônio Cesariano de Carvalho, Benedito Fernandes Caminha, Manoel Bastos Ribeiro, Benedito Alcebíades Rocque Melo, Walter Ferreira, Milton Azevedo, Clelio da Conceição Santos, Jorge do Rosário Porto, Antonio Matos Abreu, Júlio Pinto, Roberto de Souza Santos (trabalhando como detetive da delegacia de polícia), José Pimenta, Benedito Silvestre Steves, Benedito Manoel de Oliveira, Pedro Oliveira, Filas Apolinário, Manoel Rodolpho de Souza, José Olímpio Peixoto, Aché Maciel de Campos, João Arcenio Rosa, Jorge Raimundo Vilela, Edson Gomes e Benedito Antonio Francisco.

Em Niterói, os funcionários afastados são os seguintes: Alfredo Tavares de Oliveira, Ruth de Paula Barbosa, Celso Teixeira Campos, Roberto Machado Rodrigues, Aldir Menezes Pereira da Silva, Jaime Tavares de Oliveira, Licardino Alves de Assis, Atalir de Barcelos Santana, Ademar de Paulo Scotelaro, Anaraci Dias Sodré, Xenophonte Pinto de Freitas, Nelson Rodrigues dos Santos, Jair Justos, Miguel Monteiro Luz, Athaide Gomes, Sebastião Pereira Gomes, Caetano Mozachio Ferreira, Luiz Gonzaga, Gencérico Figueiredo, Sebastião José Luiz, Anastácio Barroso, Daniel Martins, Álvaro Parreira Cunha, Geraldo Jesus Ramoa, Jair Barcella Vasconcelos, Maurílio Reis e Cassiano Calvacanti. Os dez últimos estão encostados no INPS.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Mais uma vez, somos obrigados a denunciar novas violações aos direitos humanos, que comprovam que a prometida abertura continua apenas rímando com ditadura. Alardeiam a abertura de um processo democrático que apenas significa a perfuração de pequenos orifícios na caixa de torturas, por onde se evita a asfixia total, mas também por onde continuam injetando seus gases liberticidas.

É o caso, Srs. Congressistas, do seqüestro de que foram vítimas, esta madrugada, seis jornalistas de São Paulo, participantes da manutenção da greve decretada por sua categoria, por reivindicações profissionais não atendidas. Sequestrados na rua, em locais diversos, sem as devidas formalidades legais, encontram-se em local ignorado. Trata-se dos jornalistas José Carlos Varlotta, dos *Diários Associados*; Cláudio Fazieri, da *Rádio Globo*; Márcio de Mello Castanho, da *TV-Globo*; Silvio José Macedo, da revista *Isto É*; Marcos Faerman, do *Jornal da Tarde*; Sidnei Roberto Escobar, da *Folha de São Paulo*.

A exemplo do que ocorrem com estes seis jornalistas de São Paulo, diariamente se tem notícias de abusos de autoridades aos direitos dos cidadãos, sobretudo, digo melhor, quase exclusivamente dirigidos contra as classes desfavorecidas. É a institucionalização da violência impune, durante um período tão longo de 15 anos, que certamente deixará grave seqüela à Nação, por muitos anos, ainda.

Quando autoridades desrespeitam a lei convertem-se apenas em simples delinqüentes, e os cidadãos têm o direito de temer. Quando a impunidade policial se torna sistemática, a Nação tem a sensibilidade para descrever. Quando essa delinqüência policial se torna institucional, a Nação tem o dever de reagir.

Se os detentores do poder, realmente, desejarem restabelecer um mínimo de credibilidade no Estado, só terão como alternativa o caminho da legitimidade e da ordem. Fora dessa alternativa, os cidadãos só podem esperar novas injecções de asfixia contra, mas em nome da democracia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Deputado Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Faleceu há poucos dias atrás, em Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, o ilustre e honrado Professor Antônio Cesário Neto, uma das culturas do meu Estado.

Professor Cesário Neto, além de catedrático do conceituado Colégio Estadual de Mato Grosso, foi fundador e professor titular da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal de Mato Grosso, tendo tido como alunos as mais importantes personalidades da vida pública, social, administrativa e cultural do Estado de Mato Grosso.

Pude, pessoalmente, testemunhar o alto grau cultural do ilustre falecido, que deixou legado aos seus filhos e parentes, não a riqueza material, mas sim, serviços à Terra de Rondon.

Perdeu Cuiabá, perdeu Mato Grosso, um dos seus mais ilustres professores, e através destas palavras quero enviar à sua digna esposa, Professora Célia de Figueiredo, e à sua filha Ana Lúcia, os mais sinceros pêsames da Bancada Federal da ARENA do Estado de Mato Grosso; condolências estas válidas, também, ao corpo docente da Universidade Federal de Mato Grosso, pela perda deste grande mestre.

Que Deus o tenha ao seu lado!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à votação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 30, de 1978, que altera o *caput* e o parágrafo 1º do artigo 177 da Constituição; e 31, de 1978, que altera a redação do parágrafo 4º e acrescenta o parágrafo 6º ao artigo 18 e o parágrafo 3º ao artigo 25, e altera a redação do artigo 26 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 1978, que acrescenta parágrafos ao artigo 3º e al-

tera a redação do *caput* do artigo 9º e dos parágrafos do artigo 17 da Constituição da República Federativa do Brasil, tendo
PARECER, sob nº 26, de 1979-CN, da Comissão Mista, favo-
rável, com voto vencido do Senhor Senador Lenoir Vargas.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 15 do corrente, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa, mais uma vez, de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 1978, que acrescenta os itens VIII e IX e, passan-

do o atual parágrafo único a ser o parágrafo 1º, o parágrafo 2º ao artigo 112; altera a redação dos artigos 124, e seu parágrafo único, e 132; e acrescenta parágrafo único ao artigo 140 da Constituição da República Federativa do Brasil, tendo

PARECER, sob nº 41, de 1979-CN, da Comissão Mista, con-
trário.

A matéria constante deste item também está em fase de votação, que deixa de ser realizada por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Nada mais havendo que tratar,
encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)